



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Processo nº 2017/6237

Pregão Eletrônico nº 53/2018

Ata de Registro de Preços nº 015/2019

O **Tribunal de Justiça**, adiante denominado **Órgão Gerenciador**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com alterações posteriores, Lei Estadual nº 5.237, de 17 de julho de 1991, Decreto Estadual nº 1.424, de 22 de agosto de 2003, com alterações posteriores, Decreto Estadual nº 29.342 de 28 de novembro de 2013, Decreto Estadual nº 4.054, de 19 de setembro de 2008, e Ato Normativo nº 25, de 1º de março de 2010, e, no que couber, pelos Decretos Federais números 3.555, de 8 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005, e 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolve registrar os preços da empresa, denominada **Fornecedor**, qualificado a seguir:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Órgão integrante do Poder Judiciário de Alagoas, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 12.473.062/0001-08, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 319, Centro, Maceió-AL, neste ato representado pelo Exmo. Desembargador Presidente **TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO com a interveniência do FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNJURIS**, órgão autônomo vinculado ao Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob nº 01.700.776/0001-87, estabelecido no Prédio Anexo 1 do Tribunal de Justiça, representado neste ato pelo Juiz de Direito Presidente da Comissão Gestora, **DR. MAURÍCIO CÉSAR BREDA FILHO**.

FORNECEDOR:

J L F FELICETTI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 09.372.287/0001-55, com sede na Rua Dom Jonas Batinga, 388, Ouro Preto, CEP 57301-130, Arapiraca/AL, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, **JORGE LUIZ FURTADO FELICETTI**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 010.224.129-57, portador da Cédula de Identidade nº 6.296.997-3, expedida pela SSP/SP.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto deste certame consiste na EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA NOBREAK, através do sistema de registro de preços, de acordo com as especificações, quantidades e exigências deste Edital PE nº. 053/2018

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor total estimado desta ata é de **RS 619.999,00** (seiscentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais), conforme Anexo I do Edital PE nº 053/2018.

LOTE II

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	300	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 7,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 66,00	RS 19.800,00
02	55	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 18,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 187,00	RS 10.285,00
03	300	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 35,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 404,80	RS 121.440,00
04	300	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 45,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 495,00	RS 148.500,00
05	300	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 55,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 627,00	RS 188.100,00
06	4	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 105,0 Ah(C20) - Estacionária Marca: FREEDOM	RS 601,00	RS 2.404,00
07	55	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 150,0 Ah(C20) - Estacionária Marca: FREEDOM	RS 880,00	RS 48.400,00
08	55	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 170,0 Ah(C20) - Estacionária Marca: FREEDOM	RS 979,00	RS 53.845,00
09	75	Bateria 12Vx no <u>mínimo</u> 33,0 Ah(C20) - Selada VRLA Marca: GETPOWER	RS 363,00	RS 27.225,00
VALOR TOTAL: RS 619.999,00 (seiscentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais).				

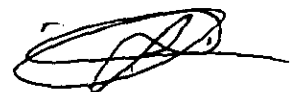
CLAUSULA TERCEIRA - PRAZO DE ENTREGA E PRAZOS DE GARANTIA

3.1. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

3.2. Prazo de Garantia: 12 (doze) meses a partir da data de instalação.

CLAUSULA QUARTA - DA DESPESA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao orçamento do **FUNJURIS**, registrado



com os seguintes dados:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1020005010206100032114 – MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

CLAUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis subsequentes ao recebimento do objeto da presente licitação, em moeda corrente nacional, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica em formato normal/fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal contratual;
- a) Certidão Negativa de Débito/CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/ Receita Federal;
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho; e
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante.

5.2. Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

5.3. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem 5.1, implicará na sua devolução à CONTRATADA para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I=TX$$

$$I = 0,00016438$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLAUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

1.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, nos termos do artigo 21 do Decreto Estadual nº 29.342/2013, exceto os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme dispõe o Parágrafo único do art. 22 do Decreto Estadual nº 29.342/2013.

1.2. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este se manifeste sobre a possibilidade de adesão.

1.3. As contratações adicionais a que se refere o artigo 21 do Decreto Estadual nº 29.342/2013, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, limitadas ao quádruplo do quantitativo de cada item registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art.21, § 4º do Decreto Estadual nº 29.342/2013.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o Contratante deverá:

1.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

1.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

3.1.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

3.1.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.4. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

f

CLAUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O fornecedor terá seu registro cancelado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- a) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público; e
- d) Por acordo entre as partes, quando o fornecedor, mediante solicitação por escrito aceita pela Administração, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do edital que deu origem ao registro de preços ou de cumprir as cláusulas e condições do compromisso para futura e eventual contratação.

1.1.1. O cancelamento do registro de preços será feito no processo que lhe deu origem, devendo sua comunicação ser feita, ao fornecedor contratado, por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovante nos respectivos autos.

1.1.2. No caso de ser ignorada ou inacessível a sede ou o domicílio do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário de Justiça Eletrônico, por uma vez, e afixação no local de costume do órgão gerenciador, considerando-se cancelado o registro na data considerada como de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, que respeitará a forma do art. 4º, da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

1.1.3. Em qualquer das hipóteses de cancelamento do registro de preços previstas neste item, é facultada à Administração a aplicação das penalidades.

2.1. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

2.1.1. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

2.1.2. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

1.1 É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de vigência do registro de preços.

1.2 Fica ressalvada desta vedação a revisão de preços efetuada conforme os



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO RECEBIMENTO

1.1. A Administração emitirá a(s) nota(s) de empenho especificando o objeto deste instrumento pretendido e a(s) quantidade(s), entregando-a(s) ao(s) Fornecedor(es) ou remetendo-a(s) por *fax* ou e-mail.

1.2. Observado o prazo de entrega previsto no instrumento convocatório, o Fornecedor fará a entrega do objeto deste instrumento no Departamento Central de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, localizado na Avenida Juca Sampaio, 1049, Barro Duro, CEP: 57045-365, Maceió/Alagoas, Tel.: (82) 4009-3689 ou 4009-3688.

1.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido pelo Fiscal da Ata ou seu substituto legal:

- a) **Provisoriamente**, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) produto(s) entregue(s) com a especificação;
- a) **Definitivamente**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade do(s) produto(s) e consequente aceitação do Contratante.

1.3. O objeto deste instrumento deverá ser novo e devidamente acondicionado em suas embalagens originais, fazendo constar à descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto, com a sua respectiva identificação.

1.4. Uma vez entregue o objeto deste instrumento, iniciar-se-á a etapa de verificação, que compreenderá a verificação dos quantitativos entregues, sendo posteriormente aferida a conformidade e atestado por escrito o seu recebimento.

1.5. O objeto deste instrumento entregue em desacordo com o especificado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o(s) Fornecedor(es) a substituí-lo(s) no prazo determinado pelo Fiscal, sob pena de ser aplicada penalidade.

1.5.1. Constatada a ocorrência prevista neste item, após a notificação por escrito ao(s) Fornecedor(es), será(ão) interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até a regularização da pendência.

7.1. O objeto será inteiramente recusado pelo Órgão Gerenciador nas seguintes condições:

7.1.1. Caso tenha sido entregue com as especificações diferentes das contidas no edital, seus anexos ou da proposta;

7.1.2. Caso apresente problemas de acondicionamento: embalagens violadas, vazamentos, objetos quebrados etc.

7.1.3. Caso o(s) fornecedor(s) apresente(m) marca(s) diferente(s) da(s) cotada(s), salvo em situações supervenientes devidamente justificadas e aprovadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

8.8. No caso de recusa do objeto deste instrumento, o(s) licitante(s) vencedor(es) terá(ão) o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados da comunicação escrita feita pelo Fiscal.

8.9. Imediatamente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, o órgão recebedor adotará as providências para pagamento, o qual deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis.

8.10. O aceite/aprovação do(s) material(is) pelo órgão licitante não exclui a

responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade, ou qualidade do(s) material(is), ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
(CONTRATADA)**

- 1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços.
- 1.2 Entregar o objeto deste instrumento em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso tal entrega não seja feita dentro do prazo, o Fornecedor ficará sujeito à multa.
- 1.3 Substituir o objeto deste instrumento em desacordo com a proposta ou com as especificações, ou que porventura seja entregue com defeitos ou imperfeições.
- 4.4 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Órgão Gerenciador ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 12.5 A empresa vencedora da licitação deverá possuir unidade de manutenção dos seus equipamentos, ou loja credenciada a fazê-lo, na cidade de Maceió-AL.
- 12.6 O Fornecedor não será responsável:
- 12.6.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 12.6.2 Pelo uso inadequado do objeto deste instrumento por servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.
- 12.7 O Órgão Gerenciador (Tribunal de Justiça) não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 12.8 Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO
GERENCIADOR (CONTRATANTE)**

- 13.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE) obriga-se a:
- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- a) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- b) Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto deste ajuste, inclusive permitir o livre acesso dos responsáveis do FORNECEDOR às dependências do ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE), desde que devidamente identificados;
- c) Atestar a execução do objeto do presente ajuste por meio do Fiscal;

R



- d) Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR (CONTRATADA) de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos neste ajuste;
- e) Aplicar as penalidades por descumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O objeto licitado será acompanhado e fiscalizado por servidor do Tribunal especialmente designado pela autoridade competente, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, os quais serão auxiliados, ou não, por empresa terceirizada a ser contratada.

14.2. Caberá ao Fiscal do contrato:

- a) Emitir a ordem de serviço do objeto contratual;
- a) Verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;
- b) Atestar e encaminhar as notas fiscais ao setor competente para autorizar os pagamentos;
- c) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- d) Dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- e) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.

14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.

14.4. A fiscalização será exercida pelo Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital.

14.5. Caberá ao Gestor do contrato:

- a) Prorrogar o Contrato junto à Autoridade Competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;
- a) Comunicar a abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens e/ou a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- b) Acompanhar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais;
- c) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

1.5.1. Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

1.5.2. Exigir somente o que for previsto no Contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;

1.5.3. Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações;

1.5.4. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração;

1.5.5. Alimentar os sites do Contratante, os sistemas informatizados deste Poder, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas/solicitadas;

1.5.6. Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

1.5.7. Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

1.5.8. Documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;

1.5.9. Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização da Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

1.1 As licitantes ou contratadas que, por qualquer forma, não cumprirem as normas de licitação ou dos contratos celebrados estão sujeitas às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

1.1.1 Advertência;

1.1.2 Multa;

1.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.1 As sanções previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4 deste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

2.2 A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

2.3 A multa deverá ser aplicada pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, nos seguintes percentuais e hipóteses:

23.1 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;

23.2 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de

atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão ou entidade interessada, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

233 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 5º do supracitado Decreto;

234 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

235 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho; e

236 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho.

5.1 A multa apenas será executada após regular processo administrativo, facultada a defesa prévia da licitante ou contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

5.2 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

5.3 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material ou execução de serviços, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

5.4 Em despacho fundamentado do ordenador de despesas do órgão ou entidade interessada e desde que haja justificado interesse público, poderá ser relevada:

5.4.1 - a aplicação de multa por atraso na entrega de material ou na execução de serviços não superior a 5 (cinco) dias; e

5.4.2 - aplicação de multa cujo montante seja inferior ao dos custos de sua imposição.

9.1 A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante previsto no subitem 15.2, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

9.2 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega de material ou na execução de serviços, a Nota de Empenho ou contrato deverá ser cancelada ou rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa na forma do subitem 15.4.2.

9.3 A multa prevista no subitem 15.4.5 não será aplicada nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem sanções.

9.4 A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

9.4.1 por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a licitante ou contratada permanecer inadimplente;

9.4.2 por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos exigidos, quer, via fax ou Internet, de forma

provisória, quer, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

9.4.3 por até 12 (doze) meses, quando a licitante ou contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

9.4.4 por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante ou contratada:

9.4.4.1 Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

9.4.4.2 Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da licitação ou da contratação; ou

9.4.4.3 For multada, e não efetuar o pagamento.

13.13 O prazo previsto no item 15.12.4 poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.

13.14 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.14.1 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

CLAUSULA DECIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

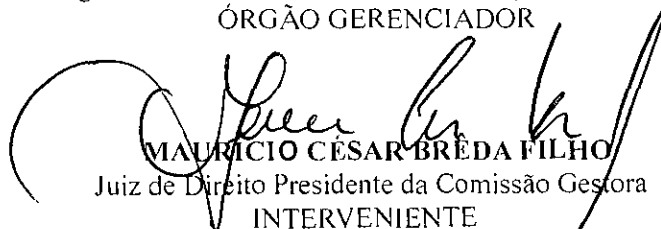
Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da licitação e aquelas constantes da proposta de preços.

E, estando justos e contratados, os representantes das partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias, de igual teor, para que surtam os devidos efeitos legais.

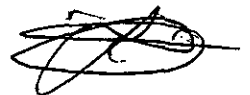
Maceió, 25 de 03 de 2019.




TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
ÓRGÃO GERENCIADOR



MAURICIO CÉSAR BRÊDA FILHO
Juiz de Direito Presidente da Comissão Gestora
INTERVENIENTE




JORGE LUIS FURTADO FELICETTI
J L F FELICETTI-EPP
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:



Des. TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Primeiro Convenente

FLÁVIO ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR
Prefeito do Município de Pão de Açúcar/AL
Segundo Convenente

SUBDIREÇÃO-GERAL

Processo Administrativo nº 2019/4203

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AOS CONVÊNIOS 011/2019 E 012/2019.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 12.473.062/0001-08, situado na Praça Marechal Deodoro, nº 319, 5º Andar, Bairro Centro, Maceió Alagoas, CEP nº 57.000-000, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO, resolve apostilar os Convênios nº 011/2019 e nº 012/2019, celebrados com os MUNICÍPIOS DE PALESTINA E PÃO DE AÇÚCAR, que possui por objeto adesão do município ao Processo Eletrônico e aos Serviços do Portal SAJ, incluindo a comunicação eletrônica de Atos Processuais e o chamado Peticionamento Eletrônico.

Por erro material, foi indicado no preâmbulo do Convênio nº 011/2019 processo administrativo diverso do qual tramitou a formalização do ajuste, assim como em sua Cláusula Primeira, houve erro na indicação do convenente. Desta feita, o preâmbulo e a Cláusula Primeira passarão a ter a seguinte redação:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 12.473.062/000108, estabelecido na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 319, Centro, Maceió/AL, neste ato representado por seu Desembargador Presidente, TUTMÉS AIRAN E ALBUQUERQUE MELO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual 6.564 de 05 de Janeiro de 2005, ora denominado Primeiro convenente, e o MUNICÍPIO DE PALESTINA/AL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.369.872/0001-00, com sede na Pça. José Thomáz de S. N. Neto, 101, Centro, CEP: 57410-000, por sua representante legal, a Prefeita, Sra. ELIANE SILVA LISBOA, ora denominada segundo convenente, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições ajustadas, conforme consta no processo administrativo nº 2019/4203, e cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

DO OBJETO

Cláusula primeira. Por meio do presente Termo de Convênio, as Partes visam a adesão do Município de Palestina ao "Processo Eletrônico" e aos "Serviços do Portal SAJ", incluindo a comunicação eletrônica de Atos Processuais e o chamado Peticionamento Eletrônico. Especificamente, a comunicação destes Atos e Peticionamento Eletrônico poderão ocorrer também através de WebServices, seguindo regras e especificações constantes no Padrão de Integração do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

De igual sorte, por erro material, foi indicado no preâmbulo do Convênio nº 012/2019 processo administrativo diverso do qual tramitou a formalização do ajuste, assim como em sua Cláusula Primeira, houve erro na indicação do convenente. Desta feita, o preâmbulo e a Cláusula Primeira passarão a ter a seguinte redação:

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 12.473.062/000108, estabelecido na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 319, Centro, Maceió/AL, neste ato representado por seu Desembargador Presidente, TUTMÉS AIRAN E ALBUQUERQUE MELO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual 6.564 de 05 de Janeiro de 2005, ora denominado Primeiro convenente, e o MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR/AL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.369.880/0001-57, com sede na Av. Bráulio Cavalcante, s/n, Centro, CEP: 57400-000, por seu representante legal, o Prefeito, Sr. FLÁVIO ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR, ora denominado segundo convenente, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições ajustadas, conforme consta no processo administrativo nº 2019/4203, e cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

DO OBJETO

Cláusula primeira. Por meio do presente Termo de Convênio, as Partes visam a adesão do Município de Pão de Açúcar ao "Processo Eletrônico" e aos "Serviços do Portal SAJ", incluindo a comunicação eletrônica de Atos Processuais e o chamado Peticionamento Eletrônico. Especificamente, a comunicação destes Atos e Peticionamento Eletrônico poderão ocorrer também através de WebServices, seguindo regras e especificações constantes no Padrão de Integração do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Convênio inicialmente celebrado.

A presente Apostila de Retificação do referido termo ampara-se na Lei 8.666/93 e no que consta no Processo Administrativo nº 2019/4203, entrando em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 28 de março de 2019.

Des. TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

SUBDIREÇÃO GERAL

Processo Administrativo nº 2017/6237
Assunto: Celebração de Atas de Registro de Preços Aquisição de baterias para nobreak.

DESPACHO

Considerando a documentação no Processo Administrativo em epígrafe, AUTORIZO a celebração de Atas de Registro de Preços nºs 014/2019 e 015/2019, oriundas do Pregão Eletrônico nº 053/2018, corroboradas pelo Parecer PAPJ nº 056/2019 da Procuradoria Administrativa deste Sodalício, relativas à aquisição de baterias para nobreak, com as empresas:

- POWERSAFE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA, arrematante do Lote I, no valor global estimado de R\$ 1.912.999,98 (um milhão, novecentos e doze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos);
- J L F FELICETTI-EPP, arrematante do Lote II, no valor global estimado de R\$ 619.999,00 (seiscentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais);



No ato da assinatura, é indispensável a apresentação das certidões negativas de débitos devidamente atualizadas, declaração que comprove a inexistência de vínculo dos membros da contratada com este Tribunal, que evidencie a prática de nepotismo, vedadas pelas Resoluções nº 156, de 08 de agosto de 2012 e nº 07, de 18 de outubro de 2005, com as alterações promovidas pela Resolução nº 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça CNJ; declaração de inexistência de fato posterior que impeça a empresa de contratar com a administração, conforme artigo 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93, bem como declaração em que ateste cumprir com o prescrito no art. 27, V, da Lei nº 8.666/93. À Subdireção-Geral para as devidas providências.

Maceió, 25 de março de 2019.

Des. TUTMÉS AIRAN OE ALBUQUERQUE MELO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

SUBDIREÇÃO-GERAL

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/6237)

DAS PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA OE ALAGOAS E A EMPRESA POWERSAFE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: O objeto deste certame consiste na EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO OE BATERIAS PARA NOBREAK, através do sistema de registro de preços, de acordo com as especificações, quantidades e exigências deste Edital PE nº. 053/2018.

DO VALOR: O valor total estimado desta ata é de R\$ 1.912.999,98 (um milhão, novecentos e doze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

OO PRAZO DE ENTREGA E PRAZO DE GARANTIA: Prazo de entrega: 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

Prazo de Garantia: 12 (doze) meses a partir da data de instalação.

OA DESPESA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao orçamento do FUNJURIS, registrado com os seguintes dados:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1020005010206100032114 MANUTENÇÃO DO POER JUDICIÁRIO. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.90.30.00 MATERIAL OE CONSUMO.

DA VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

DO REAJUSTE: É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de vigência do registro de preços. Fica ressalvada desta vedação a revisão de preços efetuada conforme os artigos 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 29.342/2013.

Maceió, 25 de março de 2019.

TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
ÓRGÃO GERENCIADOR

MAURÍCID CÉSAR BRÊDA FILHO
Juiz de Direito Presidente da Comissão Gestora
INTERVENIENTE

JORGE ALVARES DA SILVA
POWERSAFE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTOA
FORNECEDOR

SUBDIREÇÃO-GERAL

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/6237)

OAS PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA OE ALAGOAS E A EMPRESA J L F FELICETTI-EPP.

DO OBJETO: O objeto deste certame consiste na EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA NOBREAK, através do sistema de registro de preços, de acordo com as especificações, quantidades e exigências deste Edital PE nº. 053/2018.

OO VALOR: O valor total estimado desta ata é de R\$ 619.999,00 (seiscentos e dezenove mil e novecentos e noventa e nove reais).

OO PRAZO OE ENTREGA E PRAZO OE GARANTIA: Prazo de entrega: 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

Prazo de Garantia: 12 (doze) meses a partir da data de instalação.

DA DESPESA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao orçamento do FUNJURIS, registrado com os seguintes dados:

PROGRAMA OE TRABALHO: 1020005010206100032114 MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. ELEMENTO OE OESPESA: 3.3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO.



DA VIGÊNCIA: A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

DO REAJUSTE: É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de vigência do registro de preços. Fica ressalvada desta vedação a revisão de preços efetuada conforme os artigos 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 29.342/2013.

Maceió, 25 de março de 2019.

TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
ÓRGÃO GERENCIADOR

MAURÍCIO CÉSAR BRÊDA FILHO
Juiz de Direito Presidente da Comissão Gestora
INTERVENIENTE

JORGE LUIZ FURTADO FELICETTI
J L F FELICETTI-EPP
FORNECEDOR

SUBDIREÇÃO GERAL

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTORES E FISCAL Nº 042/2019

Processo Administrativo nº 2017/6237

Data: 28 de março de 2019.

CONTRATADAS: POWERSAFE IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA e J L F FELICETTI-EPP

Objeto: aquisição de baterias para nobreak.

ARPs Nº 014/2019 e 015/2019.

Gestor: DIOGO GALINDO CAVALCANTE
Gestor Substituto: ALINE GAMA PINHEIRO DE MELO
Fiscal: CHRISTIANO ROSSINI MARTINS

O SUBDIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o Ato Normativo nº 117, de 29 de setembro de 2010, bem como o Ato Normativo nº 25/2010, de 01 de março de 2010 e Ato Normativo nº 81, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Designar os Servidores DIOGO GALINDO CAVALCANTE (Gestor), ALINE GAMA PINHEIRO DE MELO (Gestor Substituto), ambos lotado na Diretoria Adjunta de Administração DARAD, e CHRISTIANO ROSSINI MARTINS (Fiscal) lotado na Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação - DIATI, para a gestão e fiscalização das ARPs nº 014/2019 e 015/2019, oriundas do Processo Administrativo Virtual nº 2017/6237, devendo representar este Tribunal de Justiça perante as contratadas e zelar pela boa execução do objeto pactuado, cumprindo as atividades de gestão, fiscalização e controle relativas à Cláusula de Gestão indicadas nas referidas Atas e de acordo com o que preceitua o Ato Normativo nº 025, de 01 de março de 2010.

WALTER DA SILVA SANTOS
Subdiretor Geral

Corregedoria

Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 513, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Designa magistrado para responder pela 1ª Vara de Marechal Deodoro e revoga designações anteriores.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Regimental nº 03/2016, aprovada unanimemente pelo Pleno do Tribunal de Justiça, que autoriza o Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas a proceder com as designações excepcionais;

CONSIDERANDO o disciplinamento definido no ATO NORMATIVO nº 01, de 04 de janeiro de 2019, que delega ao Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas as designações para escolha e substituições dos Juizes de Direito de 1º Grau.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o magistrado **ALLYSSON JORGE LIRA DE AMORIM**, substituto da Comarca de Girau do Ponciano, para responder, excepcional e cumulativamente, pela 1ª Vara da Comarca de Marechal Deodoro, em razão do afastamento do magistrado titular, sem